

Pacote fiscal já provoca discórdia entre os ministros

Integrantes do próprio Governo se mostram contrariados com as medidas mais duras anunciadas na segunda-feira

Cátia Seabra, Maria Luiza Abbott
e Rossana Alves

● **BRASÍLIA.** Nem bem foi anunciado, o pacote fiscal já vem causando discórdia na Esplanada dos Ministérios. Integrantes do próprio Governo se mostram contrariados com algumas das medidas. Um deles é o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que teria ficado contra o aumento do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), mas foi voto vencido nas discussões. Um dos autores do pacote fiscal, o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, defendia de início apenas cortes no orçamento e incentivo às exportações.

Bresser tentou impedir a demissão de 33 mil servidores

Bresser Pereira, ministro da Administração, tentou até o fim impedir a demissão dos 33 mil funcionários não-estáveis da União. E Reinhold Stephanes, da Previdência Social, paradoxalmente, não consegue esconder que esperava uma medida mais dura: o fim da isenção que hoje beneficia entidades educacionais e de saúde. Com essa renúncia fiscal, a Previdência deixa de arrecadar R\$ 1 bilhão por ano — bem mais do que os R\$ 210 milhões que o Governo pretende economizar com a suspensão de benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas).

Na Receita Federal, a indecisão do Palácio do Planalto quanto à extensão dos cortes nos incentivos e as declarações do presidente Fernando Henrique sobre novas mudanças no IR das empresas provocaram constrangimento. A cúpula da Receita passou a terça-feira elaborando medidas provisórias e fazendo cálculos de novos cortes de incentivos.

Mas a correria pelos corredores do sétimo andar do Ministério da Fazenda, onde fica o gabinete de Everardo Maciel, foi em vão. O ministro-chefe da Casa Civil da Presidência, Clóvis Carvalho, não autorizou a publicação das MPs no Diário Oficial de hoje.

Enquanto isso, o Governo negociava com o Congresso uma possível troca do aumento do IR das pessoas físicas pelo aumento da CPMF, alternativa abandonada logo depois.

— Está todo mundo muito inseguro e assim fica difícil saber o que fazer — disse uma fonte do Ministério da Fazenda.

Na terça-feira, a ordem do Palácio do Planalto era que o corte nos incentivos fiscais fosse estendido a todos os impostos, incluindo o Imposto de Importação, responsável por uma renúncia de R\$ 2,5 bilhões, e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que acumula incentivos de R\$ 3,5 bilhões.

Esta seria a resposta do Governo às críticas de que o custo do pacote fiscal teria recaído todo sobre a classe média. Ontem, a determinação era outra. O corte nos incentivos ficará mesmo restrito aos benefícios concedidos através do IR e a MP aumentando o imposto das pessoas físicas deve sair.

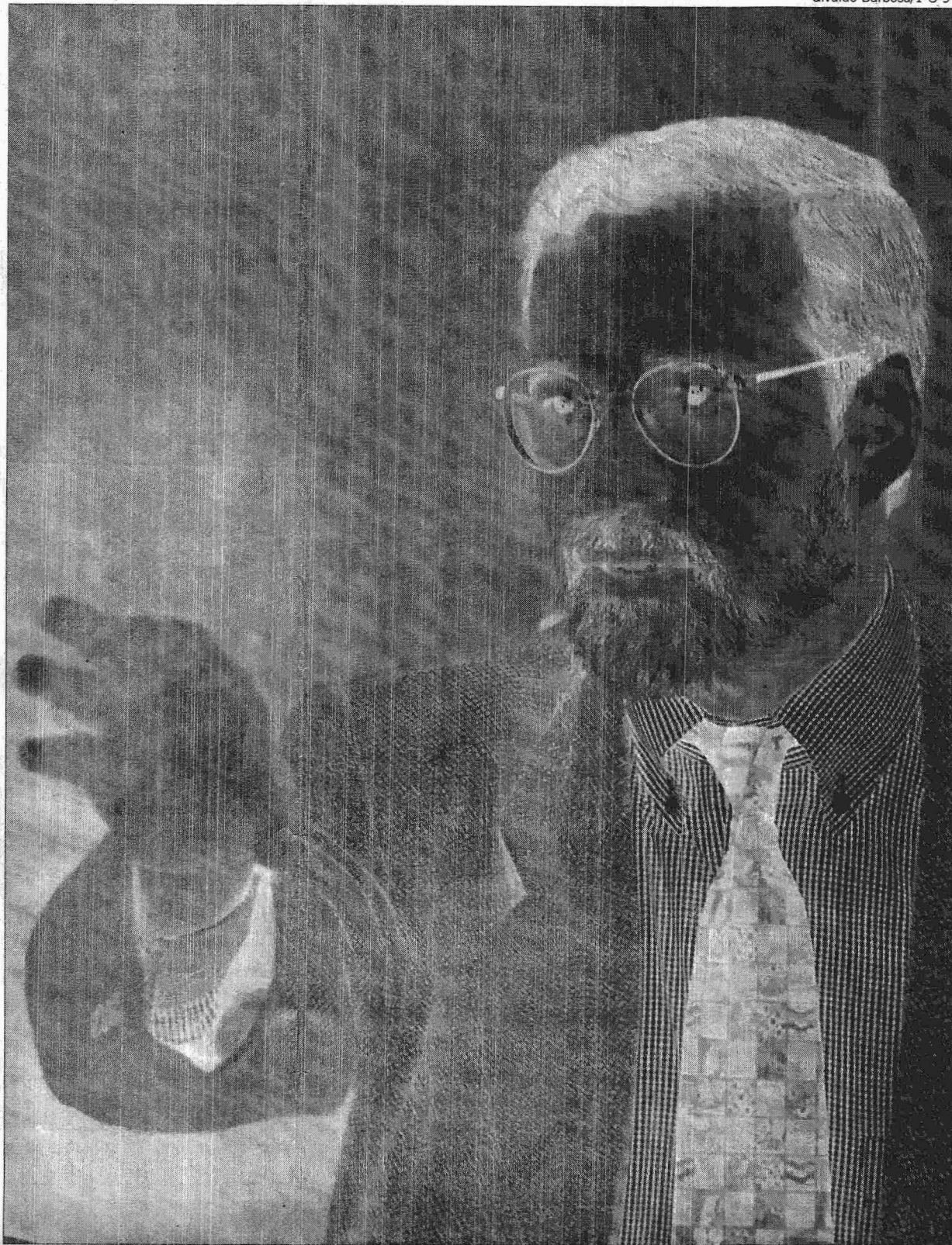
No Ministério do Planejamento, os técnicos deixam claro que Kandir só defendia as medidas de contenção de despesas e de estímulo às exportações. Nada de aumento de impostos. O ônus do pacote terá mesmo que ser carregado pela equipe do Ministério da Fazenda. Ao ser criticado por causa do aumento do IR, um assessor de Kandir alegou:

— Pergunte ao pessoal da Fazenda. Daqui, essa idéia não saiu.

Também não é de Bresser a proposta de demissão de 33 mil funcionários públicos não-estáveis. Na sexta-feira anterior à edição do pacote, Bresser avisava que não poderia “tirar coelhos da cartola”: resultado do corte de funcionários em situação irregular, a economia anual de R\$ 1,4 bilhão que o ministério já vinha fazendo era o máximo que poderia oferecer.

FH, Malan e Kandir tomaram a decisão final, no domingo

Bresser preferia que esses funcionários saíssem paulatinamente do cargo, sob a alegação de que muitos deles são altamente qualificados (até o secretário-executivo do Planejamento, Martus Tavares, não é estável). Com assessores, o ministro argumentava que a União terá que contratar outros funcionários para substituir os demitidos, o que, segundo ele, acabará saindo muito mais caro.



EVERARDO MACIEL, secretário da Receita Federal, que teria ficado contra o aumento do IR das pessoas físicas

A opção por demitir e a decisão de quantos terão que deixar o emprego ficaram por conta do presidente Fernando Henrique, de Kandir e do ministro da Fazenda, Pedro Malan, na reunião de domingo passado.

Também faltou ajuste da equipe econômica com o INSS. Ao saber, apenas na segunda-feira, das

medidas adotadas na área da Previdência, Stephanes ficou frustrado com a exclusão da Medida Provisória que daria fim à isenção às escolas e aos hospitais considerados filantrópicos. A assessores, o ministro reclamou das resistências políticas à proposta e disse que o Governo poderia encampar o projeto, já que anuncia-

ra outras medidas mais amargas. Em entrevistas, o ministro da Previdência repetiu que o país ainda vai amadurecer para essa mudança. E criticou:

— O Brasil é o único país em que se adota esse tipo de isenção de contribuição previdenciária. Isso tem que ser pensado — disse Stephanes. ■

Givaldo Barbosa/1-8-97